

1 Ata da reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRANCA realizada no
2 dia nove de abril de dois mil e dezenove, às dezenove e trinta horas, no Salão de
3 Treinamentos da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida Dr. Flávio Rocha, número
4 quatro mil setecentos e oitenta, no Jardim Redentor. Sr. Clóves inicia a reunião com a leitura
5 da pauta. **1º item da pauta:** Leitura da Ata da reunião de março. **APROVADA. 3º item da**
6 **pauta: Apresentação de Projetos de Residências Terapêuticas.** Sr. Mario, presidente do
7 Hospital Allan Kardec, iniciou a explanação colocando que o serviço de residências
8 terapêuticas é obrigatório dentro da Lei nº 10216/2001 que regula a Rede de Atenção
9 Psicossocial. Colocou que o ano passado foi inaugurado o CAPs III e no Hospital existem
10 104 pessoas que são consideradas moradores do hospital. Destes, 50 já deveriam estar fora
11 do hospital, mas não tem para onde ir e não possuem vínculo familiar e 54 são
12 moradores antigos, chamados de crônicos, que também não possuem vínculo familiar, mas
13 ainda necessitam do atendimento. Para que essas pessoas possam sair do hospital e ser
14 feita a desinstitucionalização é necessário que estabeleça as residências terapêuticas. A
15 proposta seria um convênio para cinco residências terapêuticas, seria necessário em Franca
16 de dez para todas essas pessoas. Essas residências são casas que estariam espalhadas na
17 cidade, e comportará de oito a dez moradores, que sairão do hospital, serão inseridos na
18 sociedade e atendidos no CAPs III. A Fundação Allan Kardec não irá assumir as residências
19 terapêuticas, mas irá dar todo apoio necessário para que funcionem bem. Sr. Mario colocou
20 que foi montado uma residência transitória, no fundo do hospital, com saída para uma rua
21 lateral, para que antes de levá-los para a residência terapêutica, essas pessoas passem por
22 ela, como se fosse uma casa de passagem. O hospital irá montar uma equipe de
23 desinstitucionalização, que trabalhará junto com uma equipe da prefeitura e da DRS. Sr.
24 Clóves colocou que o jurídico da prefeitura disse que para esse serviço a Saúde não está
25 subordinada a Lei nº 13.019/2014, não necessita de chamamento, pode ser feito através de
26 convênio, mas tem que ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. A proposta da
27 Prefeitura seria que a Fundação Judas Escariótes, que tem experiência com residências
28 inclusivas, possam fazer esse trabalho. A Fundação Espirita Judas Escariótes atende
29 idosos, crianças e pessoas com deficiência e doença mental. Essa fundação manifestou
30 interesse. Sr. Clóves colocou que o colegiado precisa aprovar se será feito por convênio e
31 não por chamamento. Perguntou aos conselheiros presentes se algum seria contra ser por
32 convênio. Todos aprovaram ser por convênio. **APROVADO. 5º item da pauta:**
33 **Apresentação de trabalhos: Berçário Dona Nina.** Sra. Milane, assistente social, colocou
34 que o Berçário é um dos departamentos da Sociedade Espirita Legionárias do Bem. O
35 berçário atende crianças de 0 a 4 anos e 11 meses convalescentes, que tenha algum
36 problema de saúde e risco social. No momento atendem 35 crianças de famílias carentes, é
37 feito uma triagem, faz-se uma visita domiciliar, explica como funciona o berçário. O
38 atendimento pode ser da seguinte forma: a criança fica o dia todo e vai para casa a tarde ou
39 pode ficar a semana toda e ir para casa aos finais de semana, essa decisão é feita junto
40 com a família e avaliado o problema de saúde, a vulnerabilidade, o risco e os recursos que a
41 família tem. No Berçário existem 3 médicos que auxiliam no tratamento dessas crianças,
42 uma médica da prefeitura e dois voluntários, contam também com psicólogos e dentistas
43 voluntários. Recebem um auxílio da prefeitura de 18% o restante da verba que necessitam
44 no ano, em torno de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) é através de
45 promoções feijoadas, pizzas, bazar. Sr. Clóves colocou que a comissão de estudos de
46 Planos de Trabalho irá analisar para a próxima reunião. Colocou que no plano o custo
47 mensal da saúde está R\$ 103.933,00 (cento e três mil, novecentos e trinta e três reais) e
48 está reivindicando a nível de recurso municipal da saúde R\$ 28.296,00 (vinte oito mil,
49 duzentos e noventa e seis reais) e ainda restaria mensalmente para a instituição de
50 contrapartida R\$ 75.636,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais). **Fundação**
51 **Casa:** Priscila representante da Fundação Casa colocou sobre o Fórum Interssetorial da

